

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.512.594 - RJ (2019/0150595-3)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
AGRAVANTE : JOSÉ MARIO PINHEIRO PINTO
ADVOGADO : TIRANY DA COSTA SOUZA JÚNIOR - RJ129943
AGRAVADO : VERA LUCIA SOUZA SANTOS
ADVOGADOS : TIAGO MEIRA CANEDO E OUTRO(S) - RJ105361
PRISCILLA CARDOSO LOUREIRO - RJ209775
INTERES. : NILO AMARO DA COSTA
ADVOGADO : ROSIANE SILVA DE SOUSA - RJ115237
INTERES. : ITAÚ SEGUROS S/A
ADVOGADOS : JULIANA CAVALCANTE SAMPAIO TORRES DE MOURA - RJ158938
SUELEN JESUS DOS REIS - RJ169697
LUIS FELIPE DE FREITAS BRAGA PELLON E OUTRO(S) - RJ020387
INTERES. : GUIDO ANTÔNIO COUTO MACIEL - ESPÓLIO
ADVOGADOS : GUIDO ANTÔNIO SUCENA MACIEL - RJ044488
LUIZ FERNANDO WAITZ - RJ055255
INTERES. : JOSE DE ANCHIETA SANTOS
ADVOGADO : MARCIO MARQUES PASSOS - RJ098396

DECISÃO

Trata-se de agravos em recurso especial interpostos pelo espólio de GUIDO ANTÔNIO COUTO MACIEL (e-STJ fls. 1367/1379) e JOSÉ MARIO PINHEIRO PINTO (e-STJ fls. 1380/1423) contra decisão que inadmitiu recursos especiais.

Os apelos extremos, fundamentados no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, insurgem-se contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro assim ementado:

"APELAÇÕES CÍVEIS. AGRAVO RETIDO. TABELIONATO. RESPONSABILIDADE CIVIL ESTATAL OBJETIVA. LEGITIMIDADE PASSIVA. PROCURAÇÃO FALSA. UTILIZAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DE COMPRA E VENDA. NULIDADE DO ATO. DANO MORAL E MATERIAL. 1. Ab initio, afasta-se o cerceamento de defesa alegado, uma vez que a prova oral requerida mostra-se desinfluyente ao julgamento da lide, negando-se provimento, assim, ao agravo retido interposto. 2. Outrossim, é cediço que em nosso sistema processual civil vigora o livre convencimento motivado, onde o juiz tem liberdade para valorar as provas produzidas, devendo expor, racionalmente, quais os motivos que o fizeram chegar àquela conclusão, na forma do disposto nos artigos 130 e 131 do Código de Processo Civil de 1973, vigente à época da prolação da decisão agravada e da sentença. Evidencia-se, portanto, que cabe ao juiz decidir pela necessidade ou não da produção daquelas provas que entenda relevantes para a formação de seu convencimento, dispensando-se as demais. Precedentes do STJ. 3. Afasta-se, ainda, as preliminares de ilegitimidade passiva e impossibilidade jurídica arguidas pelo sexto apelante, em relação às condenações impostas a título de pagamento de aluguel e devolução do imóvel, pois confundem-se com o mérito, devendo ser analisadas oportunamente. 4. No que concerne às omissões arguidas pela parte autora, os alegados vícios serão analisados na fundamentação e, verificada a sua procedência, serão sanados por este

Superior Tribunal de Justiça

Colegiado, como autorizado pelo artigo 1.013, §3º, inciso III, do Código de Processo Civil/2015 5. Superadas as questões preliminares, passa-se, então, ao exame do *meritum causae*. 6. No que tange à responsabilidade pelos atos notariais, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é firme no sentido de que o Estado responde objetivamente pelos danos decorrentes da atividade notarial, nos termos do artigo 37, §6º, da Constituição da República. Dessa forma, cabe ao ente estatal perquirir regressivamente os prejuízos suportados em razão de falha no serviço notarial em face dos delegatários, em processo próprio no qual se verificará o atuar culposo destes. Precedente. 7. Ou seja, também respondem o notário e oficiais de registro pelos prejuízos causados a terceiros, não se havendo de falar em ilegitimidade. Não obstante, a obrigação dos delegatários é subjetiva, aliás, como expressamente apontado pelo artigo 22 da Lei 8.935, de 18 de novembro de 1994, com a redação dada pela Lei nº 13.286/2016. 8. Entrementes, a procuração e escritura foram lavradas no ano de 2008, motivo pelo qual, em observância ao princípio *tempus regit actum*, inaplicável o dispositivo acima referido com a nova redação dada pela lei posterior ao fato, motivo pelo qual é objetiva a responsabilidade do delegatário, no caso concreto. Precedente. 9. No presente feito, a autora intenta ação indenizatória perquirindo a compensação pelos danos morais e materiais decorrentes da falsificação de procuração e, em consequência, da escritura de compra e venda de imóvel. Tratando-se de responsabilidade objetiva, necessária a comprovação do fato, do dano e do nexo causal, para que, assim, reste caracterizado o dever de indenizar. 10. In casu, incontroverso ter o terceiro réu alienado o imóvel, do qual a autora é coproprietária, ao quarto réu, utilizando-se de procuração supostamente firmada pela demandante perante o cartório do 23º Ofício de Notas, do qual o primeiro demandado era titular, tendo sido a escritura lavrada no Cartório do 24º Ofício de Notas, de titularidade do segundo réu. 11. Laudo pericial que confirma a falsidade da procuração confeccionada e utilizada para a celebração do contrato de compra e venda do imóvel da autora. 12. Veja-se que a diligência supostamente realizada pelo 24º Ofício de Notas não atende ao comando imposto pela Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, que, nos artigos 223 e 224, ao dispor acerca da lavratura de escritura com base em procuração advinda de outro Tabelionato de Notas, determina que seja precedida de confirmação de procedência e validade do instrumento por ofício, consulta pelo link do selo do ato, através do número do selo constate do título e mediante encaminhamento de e-mail com certificação digital. 13. Nesse passo, descumprida a obrigatoriedade determinada pela Consolidação Normativa, impõe-se a responsabilização do segundo réu pelas consequências advindas da conduta desidiosa apontada. 14. Dessa forma, falsa a procuração utilizada para a venda do imóvel, a nulidade da compra e venda se impõe, ante a ausência da manifestação de vontade da proprietária, elemento essencial do negócio jurídico, sem o qual inexistente o próprio negócio. Precedentes. 15. Em razão da nulidade ora reconhecida, impõe-se o retorno das partes ao status quo ante, cabendo ao adquirente, caso queira, pleitear ressarcimento por eventuais danos suportados daqueles que deram causa ao malsinado negócio. Em consequência, deverá o quarto réu efetuar a devolução do imóvel à autora, no estado em que se encontrava à época da aquisição. 16. Impende ressaltar, no que concerne à expedição de ofício ao Ministério Público e à Corregedoria Geral de Justiça, diante dos fatos apresentados, que tal comunicação poderá ser realizada pela própria parte autora. 17. Por seu turno, a privação do bem e todos os seus consectários patrimoniais também foram evidenciados através da documentação adunada aos autos, sendo até mesmo incontroverso o

Superior Tribunal de Justiça

condomínio existente entre a autora e o terceiro réu, ex-esposo, a caracterizar, nesse diapasão, o dano decorrente da falsidade reconhecida. 18. O nexo causal entre a falsificação e o dano acima descrito é decorrência lógica, não reclamando maiores digressões a respeito, salientando-se a impossibilidade de a demandante usar, fruir ou dispor do bem durante a alienação realizada. 19. A comprovação da ofensa, no caso em análise, é desnecessária, pois ocorre in re ipsa, ou seja, deriva do próprio fato ofensivo, de tal modo que, provada a ofensa, demonstrado está o dano moral. 20. Quantum debeatur que aumenta-se para R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), em observância aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, acrescido de correção monetária, segundo a variação da ufir, a contar desta data, ante a majoração determinada, e juros de mora, no percentual de 1% ao mês, ante a relação extracontratual existente entre as partes (Súmula 54 do STJ). Precedente. 21. Ademais, deverá a autora ser indenizada pelo período que ficou privada do bem, no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da quantia correspondente ao valor do aluguel do imóvel, desde a data da alienação fraudulenta realizada até a data que o imóvel for desocupado pelo adquirente, ora primeiro apelante, e notificado de tal ato a autora, cujo valor deverá ser apurado em liquidação de sentença, haja vista a divergência entre o valor do aluguel e a ausência de prova comprobatória de referido quantum. 22. Não se olvide que não pode o primeiro recorrente, adquirente do bem, buscar se escusar da responsabilidade, pois, afinal, usufruiu do bem e, por isso, a exclusão pretendida ensejaria o indevido enriquecimento sem causa. Mas, por outro lado, não poderá o adquirente responder pelos danos morais suportados pela demandante, uma vez que não se comprovou sua atuação na elaboração da procuração falsa ou de que tinha conhecimento de tal ato e, por conseguinte, ausente a culpa pelos danos provocados à autora, não poderá ser responsabilizado, destacando-se que não se confunde a responsabilidade do tabelionatário (objetiva) com a do adquirente (subjetiva). 23. O fato de o imóvel estar ou não alugado à época, também se mostra desinfluyente, pois a autora ficou privada da fruição do bem por ato ilícito praticado e, por isso, deverá ser compensada pelo dano material que se mostra patente em tais hipóteses. 24. Não bastasse, todos os réus participaram do ato ilícito praticado e que ensejou os danos morais e materiais, exceto, quanto ao primeiro, o adquirente. Assim, com espeque no artigo 942 do Código Civil, o primeiro, segundo e terceiro réus responderão solidariamente pelos danos morais fixados, ao passo que todos os demandados responderão, também solidariamente, pelos danos materiais. Precedente. 25. Ultrapassadas as questões suscitadas e relativas a demanda principal, passa-se à análise da lide secundária e, por conseguinte, do recurso interposto pela seguradora, que se limitou a arguir a ausência de cobertura para os danos morais e materiais fixados, motivo pelo qual requer seja julgado improcedente o pedido formulado pelo denunciante. 26. Para tanto, considerando ser incontroversa a relação securitária existente, é incumbência da seguradora o ônus da prova do fato impeditivo do direito do denunciante, qual seja, a inexistência de cobertura para os danos morais e materiais a que fora condenado. (CPC, artigo 373, II). 27. Entretanto, a seguradora não se desincumbiu do ônus probatório, uma vez que deixou de acostar aos autos a apólice de seguro firmada. Dessa forma, é impositiva a manutenção da condenação da denunciada 'a ressarcir os prejuízos decorrentes da condenação imposta à segunda ré, dentro dos limites e valores da apólice'. 28. Por fim, o artigo 85, §11 do atual Código de Processo Civil dispõe que o Tribunal, ao julgar o recurso interposto, majorará os honorários fixados anteriormente. 29. O Enunciado administrativo número 7 do Superior Tribunal de Justiça determina que 'Somente nos recursos

Superior Tribunal de Justiça

interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, §11, do novo CPC'. 30. Desse modo, tendo em vista que a sentença foi proferida em 2014 e o decisum que julgou os embargos de declaração interpostos contra aquele julgado proferido no ano de 2015, logo, ambos antes da vigência do atual Código de Processo Civil, incabível a fixação dos honorários sucumbenciais recursais. 31. Primeiro e terceiro apelos parcialmente providos. Agravo retido e demais apelos não providos" (e-STJ fls. 992/997).

A matéria se insere na competência das Turmas integrantes da Primeira Seção, conforme disposto no artigo 9º, § 1º, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

É o que se observa dos seguintes julgados: REsp 797.463/SP, Rel. Ministro Castro Meira, Segunda Turma, DJe 17/12/2008 e REsp 1.163.652/PE, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 1º/7/2010.

Diante do exposto, encaminhem-se os autos à Coordenadoria de Análise e Classificação de Temas Jurídicos e Distribuição de Feitos para que proceda a sua redistribuição a uma das Turmas que integram a Primeira Seção.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator